



Jornal FNE Edição 115 – Dez/11

Esta edição do Engenheiro traz em matéria de capa uma importante iniciativa da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados). Realizado em 18 de novembro, em São Paulo, o 1º Encontro Nacional da entidade realizou a discussão sobre o papel da classe média na busca do desenvolvimento e na luta pela democracia.

Outra ação extremamente positiva é a participação da FNE na elaboração da NR 35 (Norma Regulamentadora), que estabelece as regras para o trabalho em altura, responsável por cerca de 800 acidentes fatais por ano. Aprovado o texto, é preciso superar o impasse no grupo tripartite que o elaborou quanto ao prazo para que entre em vigor.

Também na pauta, os seis candidatos apoiados pela FNE que sagraram-se vencedores na disputa pela Presidência dos Creas (Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) em seus respectivos estados e no Distrito Federal. São eles: Telamon Firmino (AM), Amarildo Pinheiro (AC), Gerson Taguatinga (GO), Marcos Camoeriras (RR), Laércio Aires (AP) e Flávio Correia (DF).

O jornalista Altamiro Borges fala em entrevista sobre a necessidade de haver um marco regulatório das comunicações do Brasil para que se respeitem os preceitos previstos na Constituição de 1988, até hoje ignorados.

Em C&T, a importância de se adotarem tecnologias limpas para que se alcance o desenvolvimento sustentável debatida durante o V Eco São Paulo, realizado na capital paulista, de 3 a 5 de novembro. E mais o acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

A história da engenharia confunde-se com a da própria humanidade e teve início há cerca de 7 milhões de anos. De acordo com estudos de paleontologia, os primeiros homínídeos eram carnívoros e, como não possuíam dentes ou garras afiadas, necessitaram de alguma ajuda para superar esse problema. Isso os forçou à fabricação de ferramentas, inicialmente pedaços toscos de pedras lascadas para ficarem com a ponta aguçada e se transformar em objetos cortantes. Assim, há milhões de anos, teve início o desenvolvimento tecnológico.

Certamente, o maior avanço tecnológico e cultural do homem primitivo foi a habilidade adquirida de lidar com o fogo, ocorrida por volta de 600 mil anos atrás, possivelmente a partir de algum incêndio causado por raios ou erupção vulcânica. O fogo significou calor e luz, possibilitando vencer o frio e a escuridão, e, portanto, abriu caminho para a sobrevivência em regiões mais frias, ampliando a ocupação espacial da Terra, além de propiciar o cozimento dos alimentos, tornando-os mais palatáveis.

Há cerca de 50 mil anos, os seres humanos começaram a produzir artefatos de caça mais elaborados, como arpões, lanças e, posteriormente, arco e flecha. Esse meio mais eficiente de matar a uma distância segura permitiu a caçada de animais perigosos e de grande porte, capazes de fornecer alimentos para grupos mais numerosos.

O advento da engenharia e seu ensino sistematizou a busca por tais avanços. Até o século XX, na maioria dos países, o ensino da engenharia era realizado em escolas superiores especializadas não universitárias, uma vez que tradicionalmente o ensino das universidades se concentrava em áreas das ciências humanas, medicina e direito. Hoje, no entanto, além de continuar a ser realizado em escolas especiais, o ensino da engenharia já é realizado na maioria das grandes universidades.

Na maior parte dos países, os cursos que dão acesso à profissão de engenheiro têm uma duração mínima de quatro ou cinco anos. Nos lugares cujos sistemas de ensino seguem os moldes do Processo de Bolonha, a formação de um engenheiro implica a realização do segundo ciclo do ensino superior, incluindo normalmente um total de cinco anos de estudos e a realização de uma dissertação, tese ou estágio final. Em outros, a conclusão do primeiro ciclo de um curso superior de engenharia poderá garantir a formação como engenheiro técnico.

É difícil determinar quais foram as mais antigas escolas, uma vez que o ensino de matérias que hoje fazem parte da engenharia vem desde a antiguidade. No entanto, segundo os padrões modernos, pode apontar-se algumas escolas precursoras desse ensino. No Brasil, em 1699, Portugal ordenou a criação de aulas de fortificação em vários pontos de suas colônias para que essas não estivessem tão dependentes de engenheiros vindos da metrópole. Em território brasileiro, isso se deu no Rio de Janeiro, em Salvador e no Recife. No entanto, a mais antiga escola a ministrar cursos de engenharia segundo os moldes modernos foi a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, fundada em 1792 no Rio de Janeiro pela rainha D. Maria I. A atual Escola Politécnica do Rio de Janeiro e o Instituto Militar de Engenharia consideram-se sucessores daquela academia.

Lincoln Silva Américo – Presidente do Senge Amapá, é engenheiro civil, perito criminal “Politec-Amapá”, pós-graduado em engenharia de trânsito, urbanismo e ciências forenses

PROFISSÃO

No Distrito Federal e em cinco estados brasileiros – Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Goiás –, o comando dos órgãos estará nas mãos de engenheiros que tiveram seu nome avalizado pela FNE. Eleitos nas votações do dia 8 de novembro que ocorreram em todo o País, incluem em seus programas de trabalho questões fundamentais para atender os anseios dos profissionais e da sociedade.

Três deles foram reconduzidos ao cargo de presidente: Telamon Barbosa Firmino, no Amazonas; Amarildo Uchôa Pinheiro, no Acre; e Gerson Taguatinga, em Goiás. Conquistando a maioria dos votos na capital e em três dos sete municípios do interior do estado em que ocorreu o pleito, o primeiro deles promete, entre outros compromissos, consolidar a unidade e valorização das categorias vinculadas ao Sistema. Além disso, Firmino foi reeleito com propostas que abrangem modernizar e incrementar a fiscalização do exercício profissional, incentivar as ações do Crea Júnior, aprimorar o atendimento ao público, mediante automatização de procedimentos internos, desburocratização e construção de nova sede, bem como buscar maior inserção em fóruns para elevar participação do conselho nas decisões tomadas pela esfera pública.

Vencendo com 65% dos votos válidos no estado e obtendo esmagadora maioria em Cruzeiro do Sul, segundo colégio eleitoral do Acre, Pinheiro tem o compromisso de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2009 de resgate da credibilidade do Crea-AC. Seu nome teve o apoio do movimento Engenharia Unida, do qual participa o Senge local. Seu plano de trabalho abrange valorização profissional, incentivo à integração universidade-empresa e ao Crea Júnior, aproximar-se das entidades que compõem o Sistema, promover parcerias para educação continuada, convênios de cooperação técnica e facilitar ao Estado e município o registro de projetos básicos para viabilizar a captação de recursos à sociedade. “Fui reeleito pela avaliação positiva de minhas ações e das pessoas que me ajudaram. Desde já, assumo o compromisso de fazer melhor no segundo mandato”, enfatizou Pinheiro, convidando os candidatos que concorreram com ele no pleito a se unirem em torno desse projeto.

Consolidar a interiorização do Crea e descentralizar a fiscalização do exercício profissional, manter projetos existentes e intensificar a interação com instituições e entidades de classe, além de revitalizar projetos de defesa da sociedade estão entre as propostas que garantiram a vitória de Taguatinga em Goiás. Seu programa de ação inclui também criar laboratório de geoprocessamento e georreferenciamento e a TV Crea via web, manter a luta contra a privatização da Celg (Companhia Energética de Goiás) e ampliar a participação do conselho na

formulação de políticas públicas. A valorização profissional e a dos funcionários do órgão também estão na pauta.

Ainda com a intenção de dar sequência a conquistas e inovar, Flávio Correia de Sousa foi eleito com mais de 70% dos votos válidos ao Crea-DF. Entre suas pretensões estão promover convênios para que a fiscalização tenha acesso online à tramitação dos processos de interesse e parcerias para educação continuada, lutar pela defesa da categoria, juntamente com entidades de classe, reivindicando itens como a implantação da carreira de engenheiro no estado e contribuir na formulação de políticas públicas.

Promessa de mudanças

Os outros dois candidatos apoiados pela FNE venceram com a proposta de transformar os conselhos. Presidente do Senge-RR, Marcos Camoeris estará à frente do Crea local com compromissos como desburocratizar e modernizar o atendimento, implantar sistema de tecnologia da informação para agilizar a tramitação de processos e trabalhos internos, instituir banco de dados da fiscalização, construir nova sede, lutar pelo piso, inserir o órgão nos debates e projetos de estado através de políticas e eventos, criar o fórum de entidades representativas dos profissionais, entre outros. “A ruptura com o passado e as velhas práticas, a necessidade de administração moderna, democrática e competente foi o azimute que nos conduziu a esse resultado”, destaca Camoeris.

Eleito para o Crea-AP, Laércio Aires também promete melhorias. Entre as ações a serem tomadas, assegurar a transparência na utilização dos recursos do Sistema, com publicidade em seu portal, criar programas junto às universidades e faculdades para divulgação da legislação do Sistema e lutar, juntamente com o Senge, pela regulamentação da Lei do Plano de Cargos e Salários. “Nossa gestão terá como destaque a valorização dos profissionais de forma a inseri-los em políticas públicas que beneficiarão toda a sociedade. É assim que trabalhamos, unindo esforços. Dessa forma, buscaremos trazer para dentro do Crea representantes das diversas modalidades do Sistema”, concluiu Aires. (Soraya Misleh)

SEGURANÇA

Atividade laboral das mais perigosas, que no Brasil causa aproximadamente 800 acidentes fatais por ano, o trabalho em altura deve contar com novas regras para sua execução. Essas estão previstas na NR 35 (Norma Regulamentadora), que estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção, abrangendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos com essa atividade.

A nova legislação determina também responsabilidades às empresas, que deverão promover a capacitação e treinamento dos funcionários e garantir que essa atividade seja realizada com equipamentos de proteção coletiva e individual, acessórios e sistemas de ancoragem. Além disso, contempla a questão de salvamento e emergências, avaliação periódica do estado de saúde dos trabalhadores, incluindo os fatores psicológicos e a atuação de engenheiros para fiscalizar o trabalho em altura e assegurar o cumprimento da norma.

A NR 35 foi formulada pela CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente), instituída pela SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho) do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e tem aprovação dos três setores envolvidos: governo, trabalhadores e patrões. Para que entre em vigência, contudo, falta superar um grande impasse entre os dois últimos: os prazos para implementação das novas obrigações. Os trabalhadores defenderam prazo de 90 dias para os itens três e quatro, que tratam da capacitação e treinamento, e imediato para os demais. Já os empresários propuseram prazo de 24 meses para o artigo 2 – responsabilidades – e de 36 meses para os demais, que contemplam capacitação, planejamento, organização e execução, equipamentos, emergência e salvamento.

De acordo com Luiz Carlos Lumbreras Rocha, auditor fiscal do trabalho do MTE, em um ano foram cumpridas todas as etapas que o processo de criação de uma nova norma exige. Entre elas, elaboração do texto base, consulta pública e formação do grupo tripartite para redação final. Rocha conta que apesar de o texto ter sido concluído sem grandes dificuldades em reunião realizada na sede do Seesp, em 17 de novembro, não foi possível encontrar solução para o impasse. Esse foi levado a novo encontro da CTPP, realizado no dia 29, em Brasília. Mais uma vez a decisão foi adiada e só deve sair no início de 2012.

Insatisfação

Na opinião de José Manoel Teixeira, diretor do Seesp e representante da FNE no grupo tripartite da CTPP, os empresários querem retardar a aplicação da NR 35 por conta dos investimentos que terão que fazer com equipamentos e treinamento. “Três anos para implementar a norma é demais. Eles estão realmente querendo enterrar pessoas”, criticou.

Ainda segundo ele, houve flexibilidade por parte da bancada dos trabalhadores quanto ao item de treinamento. “Caso a empresa já tenha essa iniciativa, a norma apenas a complementar. Hoje, por exemplo, já existe treinamento para a atividade em altura pela NR 18 da construção civil e pela NR 10 de instalação elétrica, que são válidas”, explicou.

Para o engenheiro Aguinaldo Bizzo, consultor e também representante da bancada dos trabalhadores pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), é fundamental que a NR 35 entre rapidamente em vigor. “Certamente a regulamentação não acabará com as mortes da noite para o dia, mas a sua publicação e vigência o mais breve possível servirá de instrumento para a sustentabilidade futura das relações entre o capital e o trabalho”, ponderou.

Iniciativa FNE

A ideia de criar a NR 35 surgiu após a realização do “1º Fórum Internacional de Trabalho em Altura”, em setembro de 2010, em São Paulo, promovido pela FNE em parceria com o Seesp, a Ideal Work e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Durante o evento, que contou com a participação de mais de 250 profissionais, na maior parte engenheiros, foi constatada a urgência de regulamentar esse tipo de atividade.

Preocupada com essa questão, a federação solicitou ao Ministério do Trabalho a criação de um grupo tripartite para elaboração de uma norma específica para trabalho em altura. A reivindicação foi aceita em novembro do ano passado, e todas as reuniões do grupo foram realizadas na sede do Seesp. “A FNE saiu na frente quando propôs a criação dessa norma tão importante para preservar a vida de milhões de trabalhadores”, destacou Teixeira. (Lucélia Barbosa)

SINDICAL I

Resultado de quatro fóruns regionais nas cidades de Maceió, Vitória, Goiânia e Porto Alegre, o 1º Encontro Nacional da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), realizado no dia 18 de novembro, em São Paulo, foi marcado por várias atividades, entre elas, a aprovação da Carta de São Paulo e do manifesto “Por um Brasil Inteligente” e a posse do seu Conselho Consultivo.

Durante a abertura, Allen Habert, diretor de articulação nacional da CNTU, relatou que a confederação escolheu o ano de 2011 para unificar uma plataforma de ideias entre as camadas médias do País. “Defendemos políticas públicas que são essenciais para atravessar a defasagem entre uma economia forte e a questão social”, destacou.

Para o presidente da CNTU e da FNE, Murilo Pinheiro, o encontro mostra que o trabalho da entidade é participar das discussões nacionais sobre políticas públicas. “A confederação tem a grande responsabilidade de responder pelas áreas que congrega e por tudo que a sociedade necessita. Temos que criticar, mas também apontar o caminho, apresentando propostas factíveis para desenvolver o País”, enfatizou.

Também prestigiaram a abertura do evento o vice-presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Nivaldo Santana; o vereador paulistano Jamil Murad (PCdoB); e os presidentes Cid Carvalhaes, da Fenam (Federação Nacional dos Médicos); Juarez Trevisan, da Fenecon (Federação Nacional dos Economistas); Célia Chaves, da Fenafar (Federação Nacional dos Farmacêuticos); Welington Mello, da Fio (Federação Interestadual

dos Odontologistas); além de Ernane Silveira, presidente do Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo.

Crescimento econômico

O evento contou também com palestras e discussões sobre o papel da classe média e a participação dos profissionais universitários na construção de um Brasil próspero, igualitário e avançado cultural e tecnologicamente.

O professor Waldir Quadros, do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), discorreu sobre “A classe média e o desenvolvimento”. Segundo ele, o principal desafio hoje é fazer com que o crescimento econômico que o País vive desde 2004 traduza-se em dinamismo social também à classe média e à alta. Isso porque o maior resultado do recente ciclo de expansão e geração de emprego se deu nos segmentos populares com redução da miséria, processo fortalecido pelo aumento do salário mínimo acima da inflação, mas não nos estratos médios mais prósperos. “Uma parcela importante dos pobres ascendeu à baixa classe média, mais conhecida como C”, citou. Já na média classe as novas oportunidades são restritas e na alta predomina a estagnação. Para o especialista, romper com esse quadro exige a implantação de uma política de industrialização, tendo em vista que a economia sustentada pela exportação de commodities não gera renda o suficiente para tanto.

A classe média e a democracia

Esse foi o tema da palestra ministrada pelo consultor sindical da FNE e da CNTU, João Guilherme Vargas Netto. No ensejo, ele explicou que as classes operária e burguesa são as polo no capitalismo. “Aí temos a classe média no meio, uma construção social.”

Essa, por sua vez, sofre pressão ideológica das 20 mil famílias mais ricas que se encontram no topo da pirâmide, mas também da grande massa que se encontra na base, mediante a proletarianização permanente e o empobrecimento, o que a faz buscar a socialização com essa parcela.

Em sua preleção, Vargas Netto revelou que a classe média tem hoje oportunidade ímpar de, restaurados elementos de vivência democrática, ser participante ativa na construção do desenvolvimento. “A CNTU se propõe a ser algo novo em direção aos profissionais que se situam nessa parte. Assim, tem como primeira tarefa ser representante de seus anseios, sentimentos, propostas e reivindicações. Essa batalha ainda não está ganha, há muito o que avançar e várias profissões a serem atingidas.” Sua segunda atribuição, conforme o palestrante, é se associar ao movimento sindical como um todo, que tem recuperado seu protagonismo social nas lutas por reajustes salariais, industrialização e queda dos juros. Dessa forma, seria tarefa estratégica da CNTU vocalizar na classe média e ser seu porta-voz na defesa da democracia e do desenvolvimento.

Para encerrar, a confederação realizou a entrega do prêmio Personalidade Profissional a seis destaques em suas áreas de atuação e um em gestão pública. Foram agraciados: Dércio Gama Munhoz, em Economia; Arnaldo Calil Pereira Jardim, em Engenharia; Norberto Rech, em Farmácia; Ricardo Albuquerque Paiva, em Medicina; Valéria Paschoal, em Nutrição; Gilberto Alfredo Pucca Júnior, em Odontologia; e Gilson de Cássia Marques de Carvalho, em Excelência na Gestão Pública. (Lucélia Barbosa e Soraya Misleh)

SINDICAL II

AL

Governador garante piso

Durante encontro no dia 4 de novembro, o governador Teotônio Vilela Filho e o vice-governador José Thomas Nonô receberam o presidente do Senge-AL, Disneys Pinto, e membros de sua diretoria no Palácio Marechal Floriano Peixoto. Na ocasião, Vilela Filho firmou compromisso sobre a questão salarial dos servidores que atuam nas empresas e secretarias da administração direta e indireta do Estado. Significa que será respeitado o piso da categoria, conforme a Lei 4.950-A/66, que estabelece o salário mínimo profissional dos engenheiros. Para o presidente do sindicato, a reunião foi proveitosa. “Essa é mais uma vitória da luta do nosso sindicato em defesa dos profissionais da engenharia alagoana”, assegurou. Sete dias depois, Disneys e seus diretores Adonai Almeida, Marcos Petrucio e Eduardo Sarmento reuniram-se com o diretor-presidente da Carhp (Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimoniais), Élcio Oliveira, para tratar da decisão judicial de implantação do piso dos profissionais da antiga Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Alagoas), atual Carhp.

PI

Profissionais aceitam proposta e suspendem greve

Durante assembleia geral extraordinária em 16 de novembro último, os engenheiros e arquitetos da Prefeitura Municipal de Teresina aceitaram a contraproposta à reivindicação de gratificação de responsabilidade técnica apresentada pelos secretários municipais João Alberto Monteiro (Planejamento), Paulo César Vilarinho (Governo) e José Fortes (Administração e Recursos Humanos) em encontro realizado no dia 11. Na sequência, deliberaram pela suspensão da paralisação iniciada no dia 13 de outubro. Desde então, a luta desses profissionais é para que o projeto de lei com a gratificação seja encaminhado pela Prefeitura à Câmara Municipal para aprovação até o dia 15 de dezembro de 2011 e, posteriormente, à

sanção do prefeito Elmano Férrer (PTB) para que entre em vigor no início do próximo ano. Até lá, vão se manter em estado de alerta, mas voltam a liberar os documentos e a trabalhar normalmente. Segundo o presidente do Senge, Antônio Florentino de Souza Filho, conforme o acordado entre as partes, a partir de janeiro de 2012, os 131 profissionais das duas categorias passarão a receber o SMP (salário mínimo profissional) estabelecido na Lei 4.950-A, que corresponde a seis salários mínimos vigentes para jornada de seis horas e serve de parâmetro às negociações no setor público. “A proposta não é a ideal, nem a mais satisfatória, mas considero uma grande vitória desses profissionais que há cerca de seis meses estão empenhados nessa batalha. Todos receberão uma gratificação de responsabilidade técnica no valor de R\$ 300,00 e, para aqueles que não atinjam o SMP, será acrescentada uma gratificação de complemento.”

CE

Firmada convenção com o Sinduscon

No dia 3 de novembro último, foi assinada a Convenção Coletiva de Trabalho 2011-2012 entre o Senge Ceará e o Sinduscon-CE (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará). Entre as conquistas, a definição do piso de R\$ 4.600,00 para engenheiro ou arquiteto sênior e de R\$ 3.300,00 para o júnior. Esse último terá direito a oito horas semanais exclusivas para realização de cursos e treinamentos teóricos e práticos, sem ônus. Para aqueles com salários acima desses patamares, foi concedido reajuste de 9,8%. Para a presidente do Senge-CE, Thereza Neumann Santos de Freitas, foi uma conquista. “Há algum tempo, o Senge luta para garantir que o piso da categoria seja respeitado pelas empresas da construção civil no Ceará”, afirmou.

RS

Estatutários e Prefeitura chegam a acordo

Liderados pelo Senge-RS, depois de 18 meses de mobilização, os engenheiros, arquitetos, geólogos e geógrafos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, reunidos em assembleia no final de outubro, aprovaram a proposta apresentada pelo prefeito José Fortunatti, que contém importantes avanços. Entre eles, reajuste salarial obtido a título de gratificação que representa 25% de ganho real, incorporação de benefícios e reconhecimento como categoria profissional diferenciada. O presidente do Senge-RS, José Luiz Azambuja, salienta “a confiança da própria categoria em manter-se mobilizada sob liderança do sindicato visando novas conquistas, até porque demonstrou força e união em torno de uma pauta viável”. Agora, lembrou ele, conforme o acordo, os profissionais, o Senge e a Prefeitura discutem os detalhes finais do projeto de lei que deverá ser enviado à Câmara Municipal para aprovação ainda em 2012.

MA

Eleita diretoria para 2012/2015

Ocorreu no dia 16 de novembro último a eleição da nova direção do Senge-MA, na sede do sindicato, que estará sob o comando do engenheiro Berilo Macedo da Silva no período 2012/2015. A posse ocorrerá no dia 10 de fevereiro próximo. Integram a diretoria executiva Carlos Augusto Dias Vieira (vice-presidente), Maria de Fátima Santos e Maria Raimunda de Fátima S. Oliveira (diretora e vice-diretora de finanças), Denis Sodré Campos e Denilson de Sousa Cortez (diretor e vice-diretor secretário), Maria Odinéa M. Santos Ribeiro, Antonio Augusto Ribeiro de Araújo e Nelson José Bello Cavalcanti (diretores suplentes). O Conselho Fiscal é composto por Irandi Marques Leite e Ademir Silva Andrade Cunha (titulares) e Jorge Fernando Gondim Silva e José Murilo Pereira da Silva (suplentes). São delegados representantes junto à FNE: Agenor Aguiar Teixeira Jaguar e Berilo Macedo da Silva (titulares) e José Ribamar da Fonseca e Clenilson Novaes Gonçalves dos Santos (suplentes).

ENTREVISTA

Na esteira dos debates realizados durante a Conferência Nacional da Comunicação, em 2009, criou força a ideia de se estabelecer um marco regulatório para as comunicações no Brasil. Tratada pela mídia como tentativa de controle da informação, a iniciativa ainda não conseguiu prosperar, embora esteja prevista na Constituição de 1988 e normas do gênero sejam comuns em inúmeros países da Europa e nos Estados Unidos. Quem aponta é o jornalista Altamiro Borges, que vem participando ativamente desse debate e falou ao Engenheiro sobre o tema. Presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, ele é autor do livro “A ditadura da mídia”.

Como está a discussão sobre o marco regulatório?

Essa discussão está atrasada no Brasil. Em 2010, a Secretaria da Comunicação da Presidência fez um seminário internacional e trouxe ao Brasil representantes de órgãos de comunicação dos Estados Unidos, da Itália, da Espanha, do Reino Unido. Esse pessoal estranhou o fato de não haver regulação no Brasil, porque isso existe em todo o mundo. Nos Estados Unidos, a FCC (Federal Communications Commission) já cassou mais de 100 outorgas de rádio e televisão. A União Europeia tem um órgão só para comunicação. Aqui, não tem nada, é a farra do boi.

Isso embora o tema esteja na Constituição de 1988, não?

O capítulo sobre comunicação é bom, mas virou letra morta. Há balizas fundamentais, como o fato de proibir monopólios e a propriedade cruzada. Uma mesma empresa não pode ter TV, rádio, jornal, revista, internet, teatro, cinema. Mas isso nunca foi regulamentado. Ao contrário,

o monopólio cresceu. Quando a Constituição foi promulgada, em 1989, havia 12 famílias que controlavam as comunicações; hoje são sete. Além disso, deve haver complementariedade do sistema. A radiodifusão não pode ficar só no setor privado. É a experiência do mundo inteiro, que tem redes privadas fortes, mas públicas também. O Reino Unido tem a BBC, em Portugal há duas TVs públicas fortíssimas, na Espanha idem. No Brasil, as TVs educativas são muito frágeis, porque não houve investimento. Só recentemente começou com a EBC (Empresa Brasileira de Comunicação). A Constituição estabelece ainda que deve haver produção regional. Isso porque o cidadão do Acre ou do Amapá não tem de falar com esses do Rio de Janeiro.

Como funciona o mercado da comunicação?

A comunicação permaneceu um feudo, não chegou nem ao capitalismo. São famílias, verdadeiros senhores feudais, que controlam tudo. E não há nenhum mecanismo de participação da sociedade. Esse poder midiático, que hoje inclui informação, entretenimento e cultura, é extremamente perigoso e se guia por razões econômicas e políticas. Já é conhecido o poder de manipulação, que se trata de realçar ou omitir informação. Outro aspecto é que a mídia interfere tanto que gera valores e pode deformar comportamentos. Ao estimular um consumismo exacerbado, já que vive de publicidade, estimula o individualismo doentio. Isso do ponto de vista de organizações sociais é uma tragédia, porque enfraquece a ação coletiva. Embora a Constituição seja precisa quanto à presunção de inocência do cidadão, a mídia hoje investiga, julga, condena e fuzila. Depois, se estiver errado, dá uma notinha. Isso é a negação do jornalismo e acontece de forma seletiva, ou seja, quando interessa. Corrupção no setor público envolve dinheiro do povo. Portanto, deve ser apurada e punida, mas é preciso apurar de fato.

Como o tema é tratado na América Latina?

Há países nos quais houve radicalização do processo político. O golpe de 2002 na Venezuela foi feito dentro das redações, que antes paporicavam Hugo Chávez. Depois disso, instituiu-se a regulação e políticas públicas mais avançadas. Chávez fez inúmeras rádios comunitárias, a publicidade pública passou a ser destinada também aos veículos públicos. Se uma TV abusa da concessão, fecha. Na Argentina, os dois principais grupos de comunicação, El Clarin e La Nación, no mandato da Cristina, jogaram tudo para controlar o governo. Mais valente que o Nestor, ela resolveu enfrentar. Acabou, por exemplo, com o monopólio da transmissão dos jogos de futebol, hoje feita pela TV estatal. Produziu-se uma lei de mídia da Argentina muito avançada.

No Brasil houve recuo da decisão de regular, embora a discussão sobre o assunto tenha se ampliado?

Aqui a luta se radicaliza em períodos eleitorais, mas depois aparentemente se suaviza. O governo não quer comprar briga com a mídia. Mas tem coisas muito importantes acontecendo. O movimento sindical, por exemplo, tem percebido que não adianta reclamar do tratamento que recebe da mídia, é preciso lutar pela democratização. E as entidades vêm fortalecendo a sua comunicação, percebendo que isso não é gasto, é investimento na luta de ideias. Isso permite dar alguns passos. Por exemplo, ter conselhos de comunicação nos estados, que é uma forma de a sociedade participar. Outro fator é que a mídia é muito forte, mas também está vulnerável em função de perda de credibilidade e da mudança tecnológica trazida pela internet. A Folha tirava 1 milhão de exemplares na década de 80; hoje, são 289 mil. O JB acabou, o Estadão está morrendo. E mesmo na televisão começa a haver uma migração, na juventude, para internet. Esse é um fator que pode ajudar a ter regulação. Os radiodifusores tradicionais estão sofrendo a concorrência de um capitalismo ousado e agressivo por parte das empresas de telecomunicações que querem produzir conteúdo. O faturamento da radiodifusão é de R\$ 14 bilhões; o das teles é de R\$ 160 bilhões.

E as teles também precisam de regras?

Certamente, porque é preciso um marco regulatório até para defesa de soberania. Se essa jamanta econômica entra, vamos ficar obrigados a assistir Bob Esponja de manhã, à tarde e à noite. O triste nesses grupos de radiodifusão é que eles sempre foram entreguistas, defenderam a privatização imaginando que iriam adquirir poderosas empresas de telefonia, mas aí vieram as estrangeiras e eles dançaram. (Rita Casaro)

C&T

Com o objetivo de contribuir apontando soluções que deem conta dessas questões cruciais, realizou-se entre 3 e 5 de novembro, em São Paulo, o V EcoSP (Encontro Ambiental de São Paulo). Parte do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – que propugna por uma plataforma nacional de desenvolvimento sustentável –, a iniciativa é promovida anualmente pelo Seesp e FNE. Em sua quinta edição, contou com o apoio, entre outros, da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) e do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e recebeu cerca de 600 pessoas.

À abertura, o presidente da FNE, Murilo Pinheiro, enfatizou: “Temos a certeza de estar no caminho correto, trabalhando para reforçar o compromisso dos engenheiros com a qualidade de vida da população.” Participaram ainda da cerimônia o presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo, o deputado federal Paulo Teixeira (PT/SP), o secretário adjunto de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Rogério Menezes, o diretor-geral do Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia), Roberto Lobo, e o presidente da VDI-Brasil (Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha), Edgar Horny. O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, também passou pelo local.

Transporte, energia, água

Inaugurando as plenárias técnicas, Ivan Carlos Regina, gerente de planejamento da EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo), apresentou iniciativas ambientais da companhia para diminuir a emissão de poluentes na atmosfera. Entre elas, os projetos dos ônibus movidos a células a combustível de hidrogênio e a etanol.

Saneamento ambiental também esteve na pauta. Wanderley da Silva Paganini, da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), discorreu sobre projetos para o estado paulista, e Márcio Correia Ribeiro, do Daee (Departamento de Águas e Energia Elétrica), falou acerca do Programa Água Limpa. Com investimentos de R\$ 616,06 milhões financiados pelo Governo do Estado a cidades a fundo perdido, dos quais R\$ 98 milhões já aplicados em obras concluídas, este último deve beneficiar, asseverou o representante do órgão, 3,1 milhões de habitantes de 280 municípios paulistas quando finalizado, em 2017. Em sua apresentação, o quadro que o programa tenta reverter, pelo menos localmente: sete crianças morrem diariamente no País, vítimas de diarreia, e mais de 700 mil pessoas são internadas por falta desses serviços. “O acesso ao saneamento reduz em 36% essas incidências”, atestou Ribeiro, para quem os engenheiros são peça-chave para tocar essa iniciativa.

Ainda sobre recursos hídricos, Claudete Canada, doutoranda na área pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), abordou a cobrança pelo uso da água como alternativa para melhor conservação e gestão. A cobrança, de acordo com a especialista, está prevista na política nacional de recursos hídricos e vai se expandir no País.

Água foi também o tema de Letycia Janot, da Iter Consultoria e do Sinesp (Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo). Ela falou sobre o projeto “Água na Jarra”, da ONG Igtiba, da qual é uma das sócias-fundadoras. Estímulo à boa prática de se consumir água filtrada em detrimento da engarrafada, a iniciativa já vem sendo adotada, segundo sua explanação, por 14 restaurantes no estado. Nessa linha, o engenheiro Orlando Oliveira, responsável pela área de cosméticos da empresa Henkel, filiada à VDI-Brasil, abordou os projetos da companhia que visam a conscientização e educação ambiental.

Também sob tal perspectiva, César Faccio, da Anip (Associação Nacional da Indústria Pneumática), destacou que desde 1999 essa entidade possui, em parceria com setores público e privado, um programa para coleta seletiva e reaproveitamento dos pneus inservíveis, atendendo à Resolução nº 258/99 do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

Segundo ele, para quem falta incentivo governamental à medida, desde seu início até setembro de 2011, foram destinados corretamente 1,8 milhão de toneladas do material no País.

Outro tema fundamental, a eficiência energética foi abordada por Paulo Roberto dos Santos, doutorando pela Unicamp. Destacando sua importância, já que o consumo atual de energia vai dobrar até 2030, ele explanou sobre o assunto a partir de análise feita com base em projeção caso as 1 milhão de moradias prometidas pelo governo federal na primeira fase do programa “Minha casa, minha vida” utilizassem aquecedor solar em lugar de chuveiro elétrico. Uma das conclusões é que a redução de picos de consumo seria imensa. Todavia, como faltam incentivos governamentais à substituição – além de a eficiência dos aquecedores depender da temperatura ambiente –, a utilização híbrida seria, na sua concepção, a saída.

O EcoSP também trouxe ao debate soluções técnicas à redução do volume gerado e valorização dos resíduos da arborização urbana, tema da professora Adriana Nolasco, do Departamento de Ciências Florestais da Esalq/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo); um novo paradigma nos estudos da ecologia, por Antonio Ferreira de Carvalho Jr., autor da obra “Ecologia profunda ou ambientalismo superficial”; a neutralização de gases do efeito estufa, a recuperação de áreas degradadas e o mercado de crédito de carbono, por Heloisa Candia Hollnagel, da agência ambiental Pick-upau; e “A maior descoberta da era espacial: a Terra”, pelo professor José Bezerra Pessoa Filho, do IAE/CTA (Instituto de Aeronáutica e Espaço/Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial). Ao encerramento, um show do artista João Bosco, que também é engenheiro. A sexta edição já está definida: será entre 26 e 28 de novembro de 2012, na Capital paulista. (Soraya Misleh e Lucélia Barbosa)